



Ensaio

Boaventura de Sousa Santos

A esquerda também aprende

Tudo leva a crer que a esquerda portuguesa começou a entender que o ciclo político iniciado com o 25 de Abril está a terminar e que todos juntos talvez sejam suficientes para inverter o processo de decadência estrutural que a coligação de direita iniciou com a ajuda da *troika*. No sentido que lhe atribuo, decadência significa divergência progressiva, em vez de convergência progressiva com o rendimento médio europeu e os indicadores sociais que lhe estão associados. A prazo, se houvesse convergência, os jovens portugueses teriam tanta necessidade de emigrar como os jovens alemães ou finlandeses. Está em curso o processo oposto. Não é ainda claro o que cada partido aprendeu. O PS começou a aprender que quanto mais se parecer com a direita menos a direita precisa dele e menos precisam dele os cidadãos e cidadãs que, inconformados com as suas políticas, começam a identificar alternativas à esquerda. Se aprender esta lição, terá igualmente que aprender que vai ser necessário organizar alguma rebeldia a nível europeu, com sabedoria e aliados europeus. Sem renegociação/reestruturação da dívida e com o atual Tratado Orçamental, a decadência é fatal com ou sem fantasias macroeconómicas. Aprenderá? Não esqueçamos que a ignorância estrutural no PS é muito alta. Só isso explica que Francisco Assis esteja à espera que o partido lhe caia nas mãos. Se isso acontecer, terá o triste privilégio de ser o seu cozeiro.

O BE e o PCP aprenderam que os portugueses lhes deram demasiados votos para poderem ser apenas votos de protesto. Durante a campanha ouviram muitas vezes o apelo dramático:

«Tirem esta direita do poder». Deveriam entender-se entre si e não apenas cada um deles com o PS.

Com o Livre, a esquerda também aprendeu. O Livre foi uma presença talvez passageira mas salutar porque introduziu duas inovações, uma programática e outra organizativa. Foi a primeira força política, depois do 25 de Abril, a pôr a unidade de esquerda no centro da sua agenda política, uma unidade assente em bases programáticas credíveis. Foi a única força política que abraçou convictamente a democracia direta e participativa na eleição dos seus candidatos e se articulou de modo não proprietário com movimentos sociais autónomos, como foi o caso do Movimento de Cidadãos por Coimbra (CPC).

Em geral, e salvo situações de total descrédito das forças políticas dominantes (como recentemente em Espanha), as grandes inovações políticas não são bem acolhidas em processos eleitorais, dominados por

rotinas, lealdades e aparelhos. Mas o facto de não beneficiarem quem as introduz não quer dizer que se percam. A inovação programática introduzida pelo Livre foi decisiva para a mudança estratégica (e não apenas tática, ao que parece) do BE no sentido de, já na campanha eleitoral, se abrir a uma aliança com o PS, que no passado parecia ser o seu inimigo principal.

O Livre conseguiu impor parte da sua agenda, mas poderá aprender com a sua vitória? Para isso, deveria equacionar dissolver-se em nome da unidade de esquerda por que lutou desde que se realizassem as seguintes condições: o BE mostra que a unidade de esquerda é, para os tempos que se aproximam, a melhor decisão estratégica; adota a inovação organizacional do Livre, a democracia direta no interior do partido, acabando de vez com vanguardismos, leninistas ou não; mostra-se disponível para acolher os ativistas do Livre, a

grande maioria deles ex-militantes ou ex-simpatizantes do BE, se estes assim o entenderem; a direção do Livre põe à discussão nas suas bases, votantes e simpatizantes, a hipótese da dissolução nas condições referidas, e o voto é pela dissolução. Qualquer que seja o resultado, será um momento alto de pedagogia política de esquerda. Se a decisão for a não dissolução, o Livre terá um mandato mais forte para continuar. Se o Livre se dissolver, os movimentos sociais que se articularam com ele nada têm a perder. O CPC, por exemplo, continuará a sua luta por resgatar Coimbra das oligarquias políticas mediocres e corruptas que a têm destruído. Em próximas eleições serão os partidos a necessitar do CPC, e não o contrário. ■



RUI DUARTE SILVA

O PS começou a aprender que quanto mais se parecer com a direita menos precisam dele a direita e os cidadãos e cidadãs que começam a identificar alternativas à esquerda